



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

PROTOCOLO

Prot. Nº 3106 Hrs. 11H45m
Livre 19 Fis. 74
Sta. C. Conceição 27/09/19

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

I – INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 74 da Constituição Federal, artigos 48 a 57 e artigo 59 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, combinados com os artigos 76 a 80 da Lei Federal nº 4320/64, a Coordenadoria de Controle Interno da Prefeitura do Município de Santa Cruz da Conceição apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no período de maio/19 a agosto/2019.

II – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A Coordenadoria de controle interno vem desempenhando sua função juntamente com o cargo em comissão de Diretora de Administração, disciplinada pela Portaria de 2018, a função de confiança de coordenador do controle interno está sendo avocada pela Administração. Assim está sendo feito análises, orientações e recomendações com vistas ao cumprimento das determinações legais concomitantes e posterior aos atos administrativos, visando à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e tecnologia da informação, proporcionando apoio à alta administração na aplicação de recursos públicos quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

III – APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

Análise e prestação de contas de viagem e de reembolso de despesas:

Foram examinados e analisados prestações de contas de despesas de viagem, e de adiantamentos para cobertura de despesas que não se subordinam ao regime comum de aplicação.

As referidas prestações de contas foram acompanhadas de parecer contábil sobre sua correção e confiabilidade, bem como se as mesmas encontravam-se no prazo legal de prestação de contas.

Da análise verificou-se que no 2º quadrimestre os adiantamentos mantiveram o mesmo valor do período anterior, com ressalva para o departamento de educação faça uma análise quanto ao adiantamento fornecido ao Motorista de transporte escolar. Verificar possibilidade de diminuição, pois dentro da paridade um motorista de ambulância que faz viagens para diversas localidades ter o mesmo valor de diária, ficando



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

disponível durante o dia todo com pacientes e o motorista da educação somente transporta os alunos até a faculdade no período noturno.

A prefeitura disciplinou através de decreto municipal (2157 de 25/01/18) a contenção de gastos públicos, incluindo a proibição de horas extras com exceção de serviços emergenciais. O que se apurou no segundo quadrimestre de 2019 que o decreto não foi devidamente cumprido, ou seja:

PRIMEIRO QUADRIMESTRE:

janeiro/19 = R\$ 49.147,86

fevereiro/19 = R\$ 48.602,28

março/2019 = R\$ 55.929,15

abril/2019 = R\$ 60.142,68;

SEGUNDO QUADRIMESTRE

maio/19 = R\$ 77.523,38

junho/19 = R\$ 64.187,53

julho/2019 = R\$ 50.917,29

agosto/2019 = R\$ 61.491,16

No relatório do primeiro quadrimestre já havia sido proposto medidas para contenção de gastos, porém pelo que se observa houve um aumento significativo no segundo quadrimestre. Diversos pagamentos contínuos de horas extras, correspondendo a uma carga de trabalho excessiva, superando em alguns casos 60 horas (departamento de saúde, educação, setor de água, serviços públicos e esporte/turismo). Relatório fornecido pelo departamento de pessoal em anexo.

2. Avaliação das despesas com pessoal do poder executivo, com base nas definições da Lei de responsabilidade fiscal, cujo parâmetro para avaliação é pautado nas arrecadações da receita corrente líquida, o município não atingiu o limite prudencial (49,72% em agosto/19).

3. Avaliação das despesas aplicadas no ensino e na saúde, com base nas definições da Lei de responsabilidade fiscal:

Com base nos critérios e parâmetros definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foram efetuadas análise com a finalidade de manter a alta administração a par dos gastos gerais na educação e na saúde, bem como dar suporte para a tomada de decisões necessárias.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando o total da despesa liquidada, o município apresenta percentual de aplicação em ensino abaixo de 25,00% e, portanto, desfavorável quanto ao atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal. Na análise das despesas empenhadas chega-se ao percentual de 25,49%.

Considerando as alterações orçamentárias realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15% nas ações e serviços de saúde, exigido no Art. 77. Inc. III e § 4º do ADCT da C.F.

4. O departamento de finanças apresentou o relatório gerencial resumido que também é objeto de consulta pela Excelentíssima Prefeita onde é possível analisar o balanço orçamentário, a dívida consolidada, empenhos e restos a pagar, saldo de caixa, aplicação no ensino e saúde, orçamento atualizado da despesa e receita e despesas com pessoal. Com base nesse relatório temos uma dívida consolidada de 6.82%. Até o mês de agosto foi arrecadado R\$ 15.826.500,83 e as despesas atingiram o valor de R\$ 13.322.181,29.

5. Despesas sem licitação ou por inexigibilidade.

Verificou-se através do portal da transparência que foram realizadas diversas compras sem o devido processo contrariando o comunicado SDG 40/2018 (ex: cardioleme, sport Bola Branca, Grillo com. De artigos de serralheria, Instituto de olhos de Rio Claro, Andressa Alessandra Lissoni).

6. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não está sendo fiscalizadas as atividades cartorárias e bancárias no Município, em desacordo com a Lei Complementar nº 116/2003. A chefe do setor de cadastro (Sra. Edineia) já solicitou por escrito a fiscal de rendas, porém não foi atendida.

7. Verifica-se ainda que a Prefeitura não realiza cursos de capacitação para os funcionários municipais de diversos setores, com exceção da educação que são realizados cursos periódicos.

8. O departamento de saúde apresentou algumas respostas que merecem atenção da Exma. Senhora Prefeita para regularização:

a)- a vigilância sanitária não possui análise de água dos produtores de hortifrutigranjeiros e similares;

b)- Não houve correção e atualização na tabela de valores aplicados a vigilância sanitária, como alvará, multas etc.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

c)- as folhas de pagamentos dos funcionários da saúde não possuem a rubrica do conselho municipal de saúde;

9. O departamento jurídico respondeu que não tem acesso à elaboração do texto da Lei Orçamentária, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes orçamentárias, informando ainda que é feito pelo departamento de finanças. A Lei Orçamentária é a peça mais importante da administração municipal devendo todos os departamentos ter acesso ao projeto de Lei para verificar se as metas estão dentro do previsto.

10. O departamento de educação não apresentou as folhas de pagamentos de seus funcionários da educação básica rubricadas pelos membros do conselho do Fundeb;

PARECER

Diante do exposto, a Controladoria de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, vem sendo cumpridas, observação quanto à abertura de créditos adicional suplementar e especial, que merece atenção às Leis 1900, 1895, 1892, 1888 e 1887/19 por se referir a superávit do exercício anterior (2018). O exercício de 2018 apresentou déficit no resultado da execução orçamentária porém foi amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior (2017).

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante termo de fomento a diversas entidades (APAE e CASA SÃO FRANCISCO), visando a diferentes objetivos. Deverá haver acompanhamento pela promoção social das atividades desenvolvidas.

A gestão fiscal e o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal estão dentro dos parâmetros legais em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Foi acompanhado todos os alertas e relatórios de instrução emitidos pelo Tribunal de Contas.

Os procedimentos foram aplicados de forma presencial e através de software com relatório quadrimestral o que permitiu dar maior eficiência e eficácia às atividades da coordenadoria.

O relatório do 2º quadrimestre de 2019 está disponível na página oficial da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição.



Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição

ESTADO DE SÃO PAULO

Santa Cruz da Conceição, 20 de setembro de 2019.

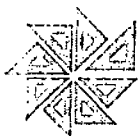
Andréa Cristina Leite De França
Coordenadora do controle interno



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Controle Interno

- AÇÃO GOVERNAMENTAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
216	No sentido de melhorar o nível profissional dos servidores municipais, o setor promove programas de capacitação de recursos humanos, assim como a modernização de suas práticas administrativas?		X	10/09/2019	COM EXCEÇÃO AOS FUNCIONARIOS DO MAGISTERIO MUNICIPAL	
225	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: balanço anual, formalizados nos termos e anexos da Lei nº 4.320/64, art 101, acompanhado pelo balancete contábil do último mês do mandato, devidamente assinado pelo prefeito municipal na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: backup de todos os arquivos, bem como dos programas de software existentes na prefeitura, Fundações, Fundos e Autarquias?		X	10/09/2019	NÃO SE AP'LICA AO PERIODO	
226	Na entrega de cargo pelo sucedido ao seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis (caixa e bancos) e realizáveis, devidamente assinados pelo gestor, contador e responsável pela tesouraria?		X	10/09/2019	não se aplica ao periodo	
- DESPESA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
214	Na dispensa de retenção do INSS sobre a cessão de mão de obra é solicitado declaração do contratado contendo os requisitos do art. 157 da IN do INSS nº 100 (art. 157 da IN nº 100 de 18/12/2003)	X		30/09/2019		



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- AÇÃO GOVERNAMENTAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
215	Na descentralização da administração direta, foram criados os fundos municipais, é desfrutado para que o seu gestor não seja o prefeito municipal, para que caracterize o objeto de descentralização administrativa?	X		10/09/2019		
217	Os fundos municipais criados por lei, estão regulamentados conforme exigência legal?	X		10/09/2019		
218	O município regulamentou a forma de repasses mensais de suprimentos pelo poder executivo, à câmara municipal de vereadores? (Lei Orgânica, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Ordinária).	X		10/09/2019		
219	Os dados informatizados referentes ao mês anterior foram gerados e enviados ao Tribunal de Contas do Estado?	X		10/09/2019		
220	A organização do sistema de controle interno abrange a estrutura organizacional, em que se identificarão as responsabilidades da entidade jurídica e dos respectivos órgãos que a constituem, segregados em função das atividades que executam?	X		10/09/2019		
221	A organização do sistema de controle interno, abrange o processo decisório, que se relaciona com o quem é quem na organização, quem toma decisão? Quem responde por esta ou por aquela ação?	X		10/09/2019		
222	A organização do sistema de controle interno, esta integrando e abrange o processo de execução das atividades de cada setor, em que a preocupação é com a rotina e com os procedimentos que serão ou são adotados para que uma tarefa seja executada sem solução de continuidade?	X		10/09/2019		
223	A organização do sistema de controle interno, abrange e está integrado com o processo gerador de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, econômicas e gerenciais para fins de avaliação de custos e resultados, conforme os grupos de classificações das atividades governamentais?	X		10/09/2019		



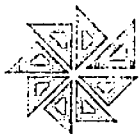
PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2019

Página 4 de 13

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
634	O ULTIMO MAPA ORÇAMENTÁRIO E A DÍVIDA JUDICIAL ANTERIOR ESTÃO SENDO PAGOS CONFORME AS MAIS RECENTES DETERMINAÇÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -STF?			X	10/09/2019	não se aplica
- CONTROLE PATRIMONIAL						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
658	PARA CADA BEM DE CARATER PERMANENTE. HÁ SERVIDOR DESIGNADO PARA GUARDA E CONSERVAÇÃO (ART 94 - 4320/64) ?			X	10/09/2019	somente um funcionario
- CONTROLE DE PESSOAL						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
601	AS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO ATÉ O PERIODO TEM AMPARO LEGAL ?			X	10/09/2019	não se aplica ao periodo
- REGIME PREVIDENCIÁRIO						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
666	EXISTE CONTA ESPECÍFICA PARA O FUNDO PREVIDENCIÁRIO, DISTINTA DA CONTA DA CONTA GERAL DO MUNICÍPIO?			X	10/09/2019	não se aplica

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2019

Página 5 de 13

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- PLANO PLURIANUAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
575	OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PLANO PLURIANUAL POSSUEM OBJETIVOS E INDICADORES MENSURÁVEIS E PASSIVEIS DE ATENDER O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO AUDESP?	X		10/09/2019		
577	A CLASSIFICAÇÃO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DAS AÇÕES DO PPA, ESTÃO COMPATIVÉIS COM A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 42/99?	X		10/09/2019		
614	OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PPA APRESENTAM DESPESAS DE CAPITAL E PARA OS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA?	X		10/09/2019		
615	O PPA ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, TAL COMO QUER O ART 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL?	X		10/09/2019		
- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
616	HÁ AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR O CUSTEIO DE DEPSESAS PRÓPRIAS DA UNIÃO E DO ESTADO? (POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, TIRO DE GUERRA,, CARTÓRIO ELEITORAL ETC..)		X	10/09/2019		
579	FOI ELABORADO ANEXO DE METAS FISCAIS COM PROJEÇÃO DO RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO ?	X		10/09/2019		
580	EXISTE DISPOSITIVO NA LDO SOBRE OS CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHOS DE ACORDO COM ART. 9º DA LRF?	X		10/09/2019		
617	HOUVE DEBATE EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NOS MOLDES DO ART 48 DA LRF? E EXISTE ATAS QUE COMPROVEM SUA REALIZAÇÃO?	X		10/09/2019		
618	A LDO ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, TAL COMO QUER O ART 48 DA LRF?	X		10/09/2019		



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
581	AS RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS NO ORÇAMENTO ESTÃO COMPATÍVEIS COM AS METAS FISCAIS PREVISTAS DA LDO?	X		10/09/2019		
582	NA ELABORAÇÃO DA LOA FORAM GARANTIDAS DOTAÇÕES PARA AS DESPESAS LEGALMENTE VINCULADAS E OBRIGATORIAS COMO A SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL E ENCARGOS?	X		10/09/2019		
619	FOI PREVISTA RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA SUPRIR PASSIVOS OCASIONAIS, CONTINGENTES, DESCRITOS NO ANEXO DE RISCOS FISCAIS DA LDO DE ACORDO COM ART 4 DA LRF?	X		10/09/2019		
620	O ORÇAMENTO LEGISLATIVO ATENDE AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS A DESPESA TOTAL, REMUNERAÇÃO DO VEREADOR E FOLHA DE PAGAMENTO?	X		10/09/2019		
621	OS PRECATÓRIOS DOS MAPAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E TRABALHO ESTÃO TODOS ALOCADOS NAS RESPECTIVAS DOTAÇÕES?	X		10/09/2019		
622	O ORÇAMENTO INCLUI AUTOIZAÇÃO GENÉRICA PARA TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIAS?	X		10/09/2019		
623	HOVE DEBATE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, NOS MOLDES DO ART 48 DA LRF? E A RESPECTIVA ELABORAÇÃO DE ATA COMPROVANDO SUA REALIZAÇÃO?	X		10/09/2019		
624	A LOA ESTÁ DISPONÍVEL NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MUNICÍPIO, COMO PEDE O ART 48 DA LRF?	X		10/09/2019		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2019

Página 7 de 13

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
576	A DEFINIÇÃO DAS METAS FISICAS NAS AÇÕES DO PPA, ESTÃO COMPATIVAS COM OS RESPECTIVOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS AOS QUAIS ESTÃO VINCULADOS?		X		10/09/2019	
583	OS CRÉDITOS ADICIONAIS ATÉ O MOMENTO ESTÃO AMPARADOS POR AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS DO LEGISLATIVO, SEJA NO LIMITE ESTABELECIDO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL OU POR LEI ESPECIAL?		X		10/09/2019	
584	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO OS 25% CONSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO ?		X		10/09/2019	
585	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO OS 15% CONSTITUCIONAIS NA SAÚDE DE ACORDO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N ° 29?		X		10/09/2019	
586	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO CORRETAMENTE O MÍNIMO DE 95% DO TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DE ACORDO COM A LEI 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007?		X		10/09/2019	
587	O MUNICIPIO ESTÁ APLICANDO CORRETAMENTE O MÍNIMO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE ACORDO COM A LEI 11.494 DE 20 DE JUNHO DE 2007?		X		10/09/2019	
588	O REPASSE DE RECURSOS A CAMARA MUNICIPAL ESTÁ SENDO FEITO CORRETAMENTE DE ACORDO COM O ART 29 DA CONSTITUIÇÃO E NOS LIMITES NELA ESTABELECIDOS ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS?		X		10/09/2019	
589	A ARRECADAÇÃO DA RECEITA ACUMULADA ESTA EM CONFORMIDADE COM AS METAS BIMESTRAIS PREVISTA?		X		10/09/2019	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2019

Página 8 de 13

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
637	HOUVE ACORDOS LOCAIS DE PARCELAMENTO DE PRECATÓRIOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUSTIÇA?		X	10/09/2019		
635	TODA A DÍVIDA JUDICIAL ESTÁ DEVIDAMENTE CONTABILIZADA NO BALANÇO PATRIMONIAL?	X		10/09/2019		
636	O REGISTRO ANALÍTICO DE PRECATÓRIOS CONTÉM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: DATA DO AJUIZAMENTO; NÚMERO DO PRECATÓRIO; TIPO DA CAUSA JULGADA; NOME DO BENEFICIÁRIO; VALOR DO PRECATÓRIO A SER PAGO; DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO, NÚMERO E DATA DO EMPENHO E DATA DO EFETIVO PAGAMENTO?	X		10/09/2019		
638	DISPÕE O MUNICÍPIO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP?	X		10/09/2019		
639	DISPÕE O MUNICÍPIO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS?	X		10/09/2019		
640	OS PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS ESTÃO SENDO ADIMPLIDOS?	X		10/09/2019		
641	OS VALORES RECOLHIDOS AO SISTEMA PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, AO INSS E AO FGTS SÃO COMPATÍVEIS COM O TAMANHO DA FOLHA DE PAGAMENTO?	X		10/09/2019		
642	AS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS ESTÃO TODAS CONTABILIZADAS?	X		10/09/2019		
- CONTROLE PATRIMONIAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
596	O SETOR DE PATRIMÔNIO ESTÁ REALIZANDO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DO BENS EM ATENDIMENTO AO MCASP?	X		10/09/2019		
656	EXISTE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS?	X		10/09/2019		
657	OS BENS DE MAIORES VALORES TEM COBERTURA DE SEGURO?	X		10/09/2019		



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- TRANSPARÊNCIA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
660	HÁ PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E/OU PENSÕES SEM EXISTÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA?		X	10/09/2019	
597	O MUNICIPIO TEM FEITO AS PUBLICAÇÕES LEGALMENTE EXIGIDAS DENTRO DOS PRAZOS PREVISTOS , SEGUNDO A LRF?	X		10/09/2019	
598	FORAM REALIZADAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA ELABORAÇÃO DO PPA E LDO E LOA COFORME EXIGÊNCIA DO ART. 48 DA LRF?	X		10/09/2019	
602	O MUNICIPIO TEM REALIZADO AS AUDIENCIAS PÚBLICAS QUADRIMETRAIS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS METAS FISCAIS DE ACORDO COM O ART. 48 DA LRF?	X		10/09/2019	

- AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
599	O CONTROLE INTERNO TEM ELABORADO INSTRUÇÕES NORMATIVAS A FIM DE REGULAMENTAR PROCEDIMENTOS?	X		10/09/2019	

- CONTROLE DE PESSOAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
600	A DESPESA COM PESSOAL ESTÁ DENTRO DO LIMITE PRUDENCIAL DE 51,3% DEFINIDOS PELA LRF?	X		10/09/2019	

- CONTROLES FINANCEIROS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
625	O CADASTRO FISCAL MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO ESTÁ ORGANIZADO E ATUALIZADO?	X		10/09/2019	
626	A PLANTA GENÉRICA DE VALORES ESTÁ ATUALIZADA?	X		10/09/2019	
627	OS SETORES DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ESTÃO COM SUAS FUNÇÕES SEGREGADAS?	X		10/09/2019	



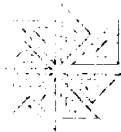
PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- CONTROLE DE ALMOXARIFADO						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
605	É REALIZADA EMISSÃO DE DOCUMENTO DE REQUISÃO DE SAÍDA ?	X		10/09/2019		
606	EXISTE CONFERÊNCIA DA VALIDADE DOS PRODUTOS ESTOCADOS NO ALMOXARIFADO?	X		10/09/2019		
667	HÁ DEFINIÇÃO DE ESTOQUES MÍNIMOS	X		10/09/2019		
668	OS INVENTÁRIOS TÊM SIDO PERIODICAMENTE REALIZADOS ?	X		10/09/2019		
- ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
612	O SETOR FINANCEIRO RESPEITA UMA ORDEM CRONOLÓGICA REFERENTE AO PAGAMENTO DE FORNECEDORES?	X		10/09/2019		
- TERCEIRO SETOR						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
644	O ERÁRIO FAZ A VERIFICAÇÃO SE ESTÁ SUBVENCIONANDO ENTIDADES IMPEDIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS?	X		10/09/2019		
645	AS TRANSFERÊNCIAS SUJEITARAM-SE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO?	X		10/09/2019		
646	AS ENTIDADES SUBVENCIONADAS ESTÃO CUMPRINDO AS METAS FÍSICAS DO CONVÊNIO?	X		10/09/2019		
647	AS CONTAS DOS CONVÊNIOS ESTÃO SENDO REGULARMENTE PRESTADAS?	X		10/09/2019		
648	AS DESPESAS RESPEITAM OS OBJETIVOS PACTUADOS NOS CONVÊNIOS?	X		10/09/2019		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

AGOSTO/2019

Página 11 de 13

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

- PROCESSO LICITATÓRIO						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
649	OS EDITAIS ESTÃO CONFORME A SÚMULA 30 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO?		X		10/09/2019	
650	O OBJETO DA LICITAÇÃO FOI BEM DEFINIDO?		X		10/09/2019	
651	OS CONVITES TEM SIDO ENVIADOS PARA FORNECEDORES DIFERENTES?		X		10/09/2019	
652	OS EDITAIS DE LICITAÇÃO TEM OBEDECIDOS OS LIMITES DE VALORES ESTABELECIDOS NA LEI 8/666?		X		10/09/2019	
- PROCESSO LEGISLATIVO						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
653	OS AGENTES POLITICOS ESTÃO OBEDECENDO O ART 68 DA LEI 4320/64 E NÃO RETIRANDO EM SEU PRÓPRIO NOME FUNDOS DE ADIANTAMENTOS?		X		10/09/2019	
654	OS GASTOS DA CÂMARA SÃO REALIZADOS DE FORMA CENTRALIZADA ,EVITANDO AS CHAMADAS VERBAS DE GABINETE E AJUDAS DE CUSTO?		X		10/09/2019	
655	O ATO QUE FIXOU O O SUBSIDIO DOS VEREADORES ACONTECEU ANTES DO PLEITO ELEITORAL?		X		10/09/2019	
- REGIME PREVIDENCIÁRIO						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
663	OS INTEGRANTES DO REGIME PRÓPRIO SÃO EXCLUSIVAMENTE TITULARES DE CARGOS EFETIVOS?			X	10/09/2019	
659	O REGIME PREVIDENCIÁRIO FOI CRIADO POR LEI DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO?		X		10/09/2019	
664	HÁ REGISTRO CONTÁBIL INDIVIDUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES E DOS ENTES PATROCINADORES?		X		10/09/2019	
665	OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NÃO DIFEREM DOS PREVISTOS NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?		X		10/09/2019	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO**

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**Controle Interno**

- DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
611	AS DESPESAS PAGAS ATRAVÉS DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDAS A SERVIDORES MUNICIPAIS, SÃO AS DEFINIDAS EM LEI MUNICIPAL E ESTÃO DE ACORDO COM O ART. 68 DA LEI Nº 4.320/64?		X		10/09/2019	
- ENCARGOS E OBRIGAÇÕES						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
592	O MUNICIPIO TEM REALIZADO CORRETAMENTE OS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS ?			X	10/09/2019	não se aplica ao periodo
590	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO RECOLHIMENTO DE 1% DA RECEITA ARRECADADA PARA CONTRIBUIÇÃO DO PASEP?		X		10/09/2019	
591	O MUNICIPIO TEM FEITO O CORRETO REPASSE DOS ENCARGOS SOCIAIS?		X		10/09/2019	
- PRESTAÇÃO DE CONTAS						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
593	O MUNICIPIO TEM ENVIADO OS ARQUIVOS ELETRONICOS EXIGIDOS PELO AUDESP DENTRO DO PRAZO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES?		X		10/09/2019	
594	O MUNICIPIO TEM APLICADO CORRETAMENTE OS RECURSOS DE MULTA DE TRÂNSITO QUE DEVEM OBRIGATORIAMENTE SER APLICADOS EM DESPESAS COM SINALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DE TRANSITO POLICIAMENTO ENGENHARIA DE TRAFEGO?		X		10/09/2019	
- CONTROLE PATRIMONIAL						
CÓD.	ITEM		SIM	NÃO	DATA	OBS.
595	O MUNICIPIO REALIZOU LEVANTAMENTO GERAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 4320/64?		X		10/09/2019	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Controle Interno

ANDREA CRISTINA LEITE DE FRANÇA
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO